



40 SGESP

SEMINÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA FAZENDÁRIA

CONTABILIDADE • CONTROLADORIA • ORÇAMENTO • FINANÇAS • TRIBUTAÇÃO
RIBEIRÃO PRETO/SP

Macroeconomia da Crise e Ajuste Fiscal Reflexos nos Municípios

PROF. DR. CLAUDIO CESAR DE PAIVA
UNESP (Universidade Estadual Paulista)
IDC – Instituto Direito à Cidade – UFSCar/Unesp

REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL

L

- Adotado no Brasil em 1999, em substituição a âncora cambial (sinalizador macroeconômico).
- intervalo de tolerância para as variações da taxa de inflação (+/- 2%) e centro da meta 4,5%.
- o índice de preços escolhido como termômetro da inflação é o IPCA.

Elementos Fundamentais do Regime de Metas de Inflação



- Construção de Credibilidade Macroeconômica
 - Compromisso com a inflação baixa;
 - Responsabilidade Fiscal;
 - Controle da Dívida Pública (Relação Dívida/PIB);
- Ajuste da inflação pela Política Monetária;
- Política Fiscal é instrumento de credibilidade;

CÍRCULO VIRTUOSO PRETENDIDO PELO BACEN - Pós-1999

metas para a
inflação



estabilidade
macroeconômica



redução risco
inflacionário

câmbio flutuante
e reservas
internacionais



divida externa
líquida cadente



redução risco
externo

superávits
primários



dívida pública
cadente



redução risco
fiscal

efeito
ampliado



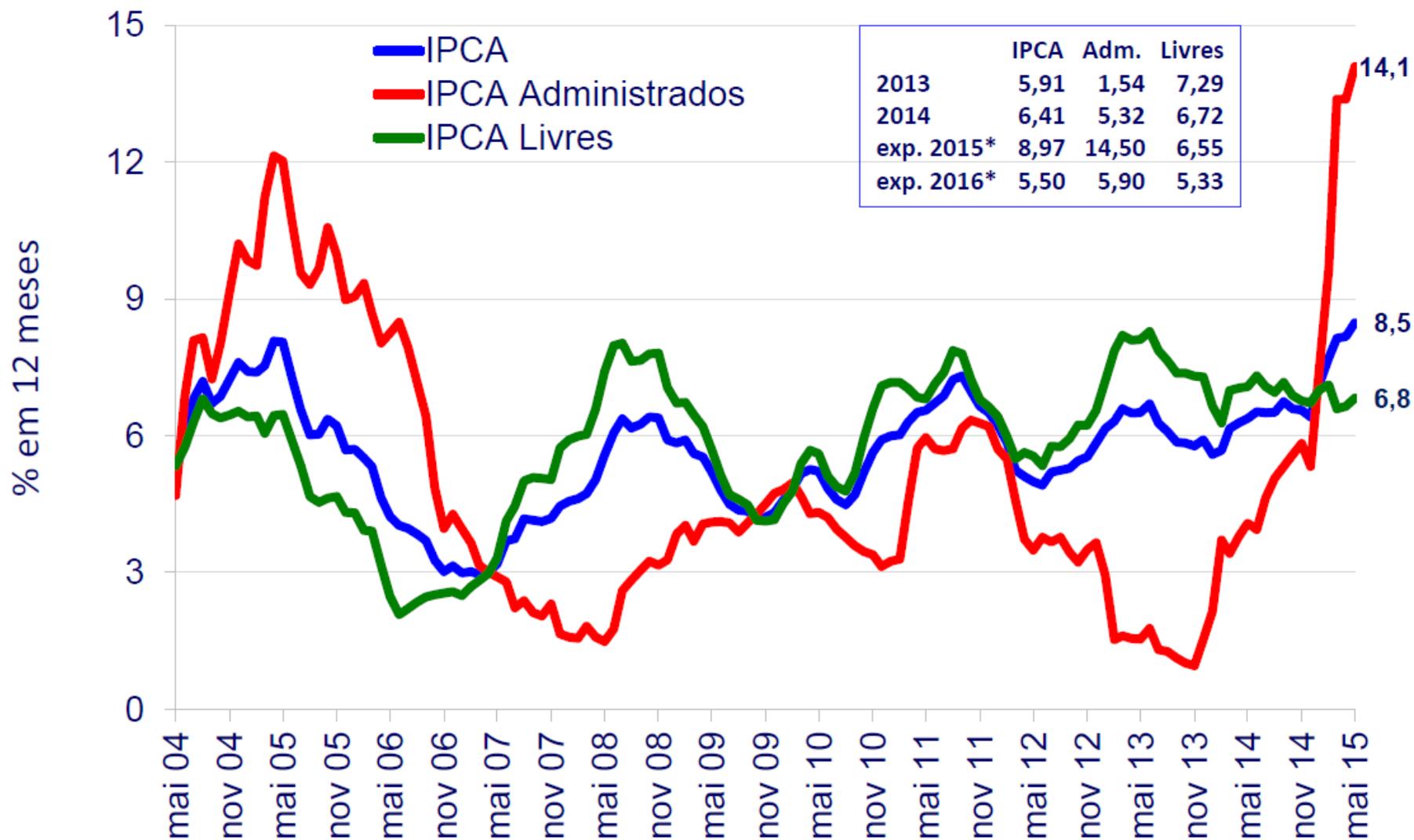
redução da
taxa de juros
aliada à maior
credibilidade



menor
prêmio de
risco

**EQUÍVOCOS MACROECONÔMICOS
E FRUSTACÃO DAS
EXPECTATIVAS**

COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO



Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



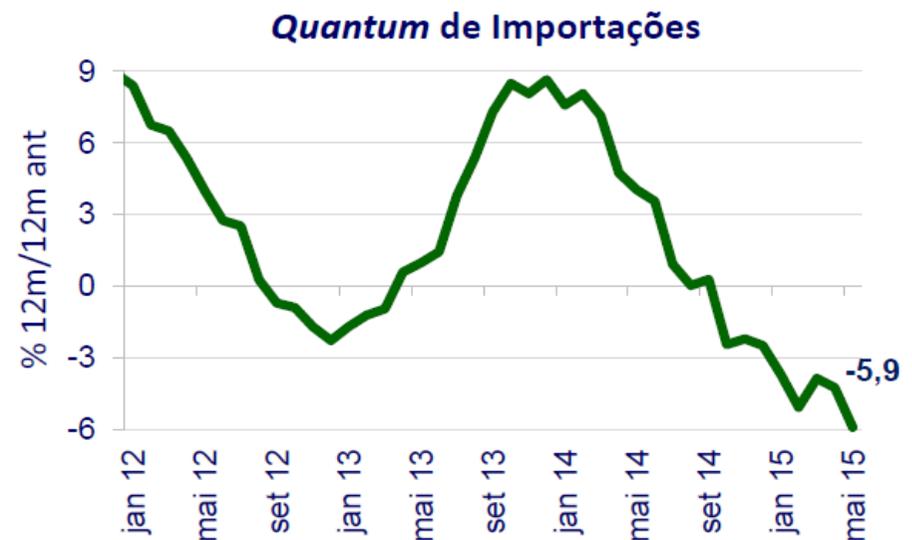
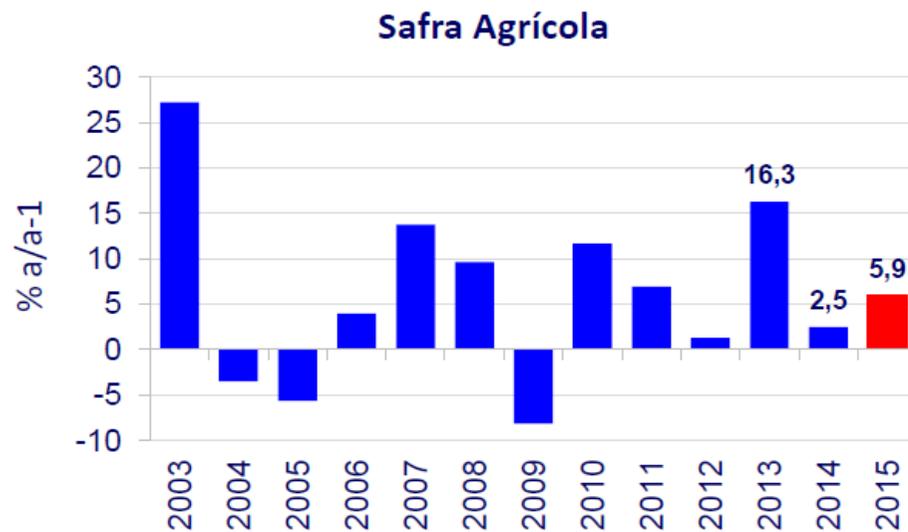
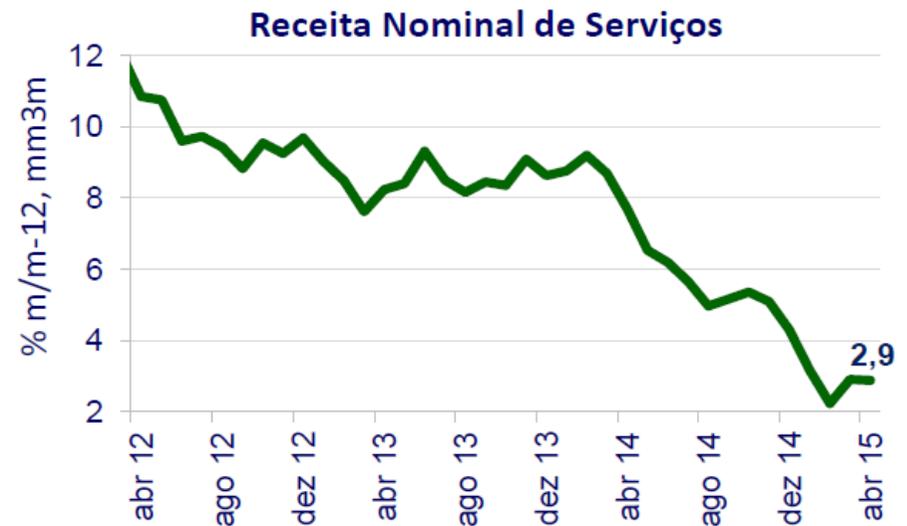
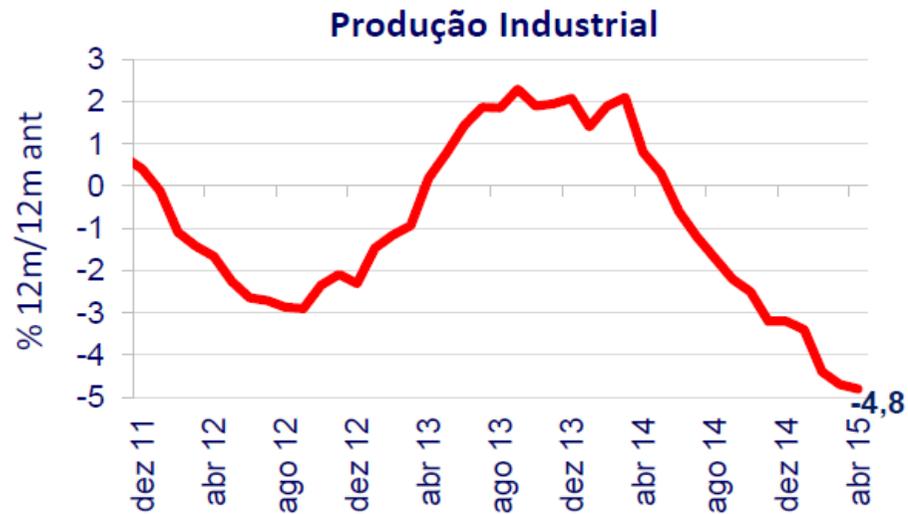
Fonte: Banco Central do Brasil

EFEITOS DIRETOS DA ELEVAÇÃO DO JUROS

L

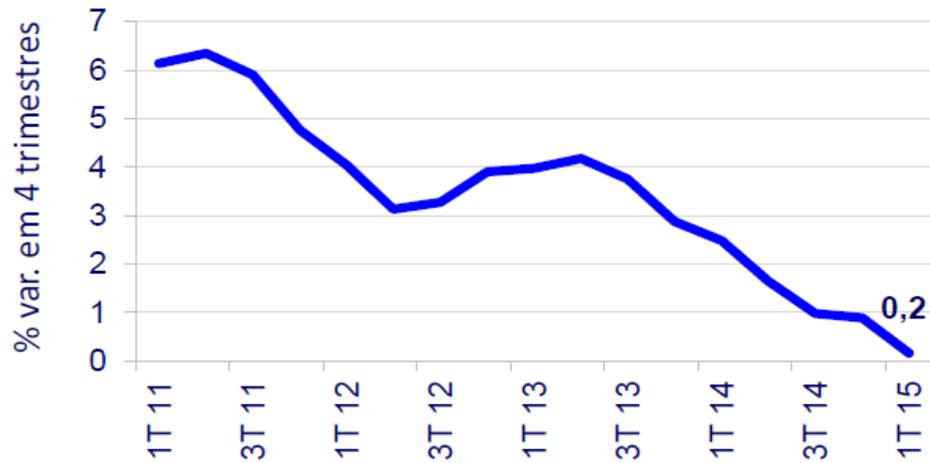
- Desaquecimento da Economia;
- Ampliação da Dívida Pública;
- Redução da Arrecadação Tributária;

Baixo Dinamismo da Oferta

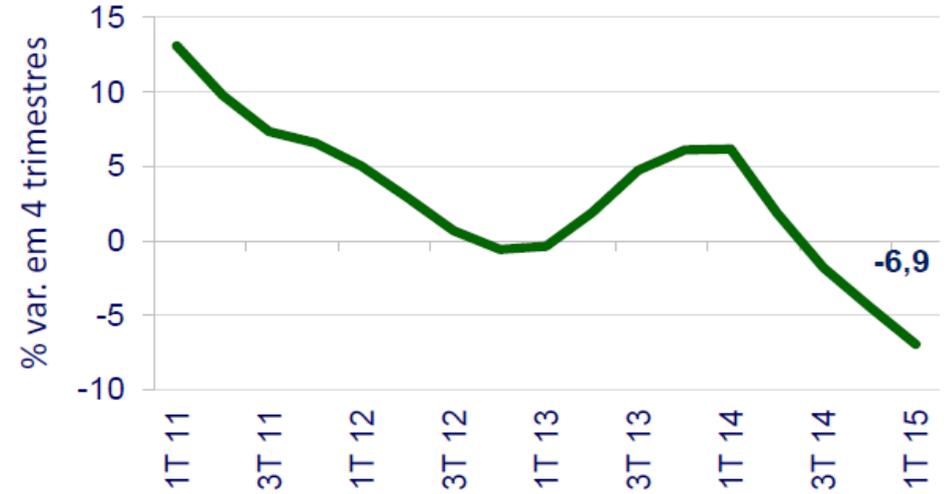


Demanda Crítica

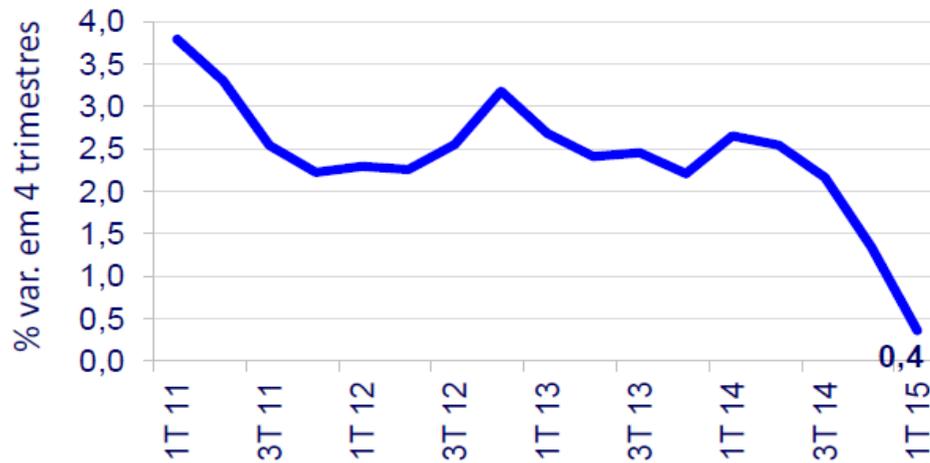
Consumo das Famílias



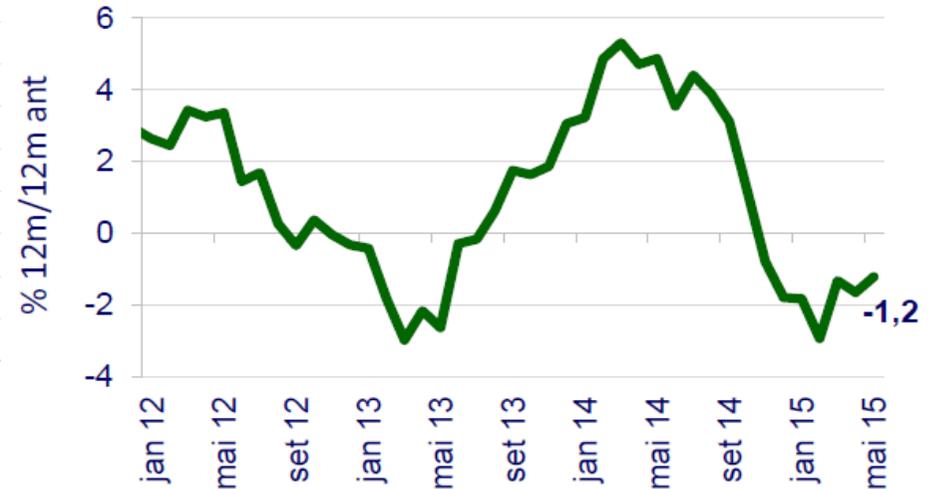
FBCF



Consumo do Governo



Quantum de Exportações



AJUSTE FISCAL



- AJUSTE FISCAL para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e manutenção da relação dívida/PIB

CENÁRIO FISCAL QUE O GOVERNO TRABALHA (VA)

	% do PIB			
	2015	2016	2017	2018
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	1,1*	2,0	2,0	2,0
Resultado Nominal	-5,3	-3,0	-2,6	-2,3
Dívida Líquida	35,1	35,4	35,5	35,4
Dívida Bruta do Governo Geral	63,4	63,3	62,7	61,9

CENÁRIO MACROECONÔMICO QUE O GOVERNO TRABALHA (VA)

	2015	2016	2017	2018
PIB (crescimento real %a.a.)	-1,2	1,0	1,9	2,4
IPCA (acumulado – var. %)	8,26	5,60	4,50	4,50
PIB Nominal (R\$ bi)	5.834	6.283	6.767	7.276
Selic (fim de período - %a.a.)	13,25	11,50	10,50	10,00
Câmbio (fim de período – R\$/US\$)	3,22	3,30	3,33	3,37
Salário Mínimo	788,0	855,0	901,6	958,8

Comportamento da Dívida Pública

Indicadores	2002	2013	2014	Mar-15	Limites para 2015	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF* em Mercado (R\$ bilhões)						
	893,3	2.122,8	2.295,9	2.441,2	2.400,0	2.550,0
Composição da DPF (%)						
Prefixados	1,5%	42,0%	41,6%	41,1%	40,0%	44,0%
Índices de preços	8,8%	34,5%	34,9%	34,6%	33,0%	37,0%
Taxa Flutuante	42,4%	19,1%	18,7%	19,1%	17,0%	22,0%
Câmbio	45,8%	4,4%	4,9%	5,2%	4,0%	6,0%
Estrutura de vencimentos da DPF						
% Vencendo em 12 meses	34,6%	24,8%	24,0%	23,1%	21,0%	25,0%
Prazo Médio (anos)	3,6	4,2	4,4	4,6	4,4	4,6
Vida Média (anos)	-	6,3	6,6	6,7	-	-

* Inclui a Dívida Doméstica (R\$ 2.316,49 bilhões - Mar/15) e da Dívida Externa (R\$ 124,72 bilhões - Mar/15) de responsabilidade do Tesouro Nacional.

R\$ milhões

Discriminação	Correntes									
	2013				2014				2015	
	Jan-Mai		Ano		Jan-Mai		Ano		Jan-Mai	
	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB
Juros nominais	100 466	4,89	248 856	4,83	101 555	4,55	311 380	5,64	198 937	8,40
Governo Central	78 756	3,83	185 846	3,60	66 259	2,97	251 070	4,55	159 492	6,73
Governo Federal ^{1/}	92 298	4,49	217 866	4,22	73 980	3,32	273 860	4,96	175 222	7,40
Bacen	-13 542	-0,66	-32 020	-0,62	-7 721	-0,35	-22 789	-0,41	-15 730	-0,66
Governos regionais	20 762	1,01	60 314	1,17	34 067	1,53	56 905	1,03	36 973	1,56
Governos estaduais	16 953	0,83	49 518	0,96	28 137	1,26	46 468	0,84	30 860	1,30
Governos municipais	3 809	0,19	10 796	0,21	5 930	0,27	10 437	0,19	6 113	0,26
Empresas estatais	948	0,05	2 696	0,05	1 229	0,06	3 405	0,06	2 472	0,10
Empresas estatais federais ^{2/}	-200	-0,01	-346	-0,01	-185	-0,01	-228	-0,00	126	0,01
Empresas estatais estaduais	1 081	0,05	2 877	0,06	1 344	0,06	3 378	0,06	2 229	0,09
Empresas estatais municipais	67	0,00	166	0,00	69	0,00	255	0,00	117	0,00

[

]

E OS MUNICÍPIOS?

Cenário Provável

- Dificuldades para atender a LRF;
- Crise institucional em ano eleitoral;
- Criminalização dos agentes políticos;
- Ampliação da judicialização das políticas públicas (judicialização da gestão);
- Aprofundamento de um federalismo confuso – concentração de recursos no Governo Federal com ampliação das atribuições aos municípios.

Finalmente,

- A crise não é só econômica. Existem outras dimensões da crise que a tornam mais grave e prolongada.
- A única saída consistente é repactuar regras e responsabilidades num novo pacto federativo.

The image features the letters 'FLM' in a bold, italicized, yellow serif font. The text is centered horizontally and vertically against a dark blue background. The background is decorated with a subtle, repeating pattern of light blue spheres connected by thin lines, forming a grid-like structure that recedes into the distance, creating a sense of depth. The overall aesthetic is clean and professional, likely representing a brand or organization.

FLM